

BUSCAR A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?

Felipe Corrêa

Este artigo foi escrito como posfácio do livro Balaclavas e os Profetas do Caos: manufatura libertária vs indústria da rebeldia, de Júnior Bellé. O livro, que pode ser lido na internet em <http://www.mediafire.com/download.php?bnxhyya6m0h> e que será publicado em breve, apresenta um relato jornalístico de uma série de experiências do amplo universo libertário brasileiro, a partir de uma perspectiva individualista. A mudança de posição do autor não o fez desacreditar na publicação do livro. Primeiro, pelas qualidades jornalístico-literárias da obra, que realmente são grandes e pelo seu caráter de registro histórico. Depois, a partir do ponto de vista político, o autor achou que este relato de diversas experiências, cujos realizadores reivindicam-se libertários ou anarquistas, poderia ser relevante para uma noção das próprias contradições que trazem em seu bojo. No entanto, isso somente não bastava, já que o livro está imbuído de elogios, críticas e colocações que são feitos a partir da visão de um individualista. Com o objetivo de proporcionar uma leitura crítica aos leitores, o autor pediu a um companheiro que fizesse um prefácio, que depois se transformou em posfácio, fazendo uma crítica da maioria das posições contidas no livro e reafirmando suas posições de um anarquismo social, voltado para a transformação revolucionária da sociedade. O artigo que se publica agora é este posfácio que, além dos objetivos propostos pelo autor, faz uma autocrítica em relação ao que foi, no Brasil, o movimento de resistência global, ou “antiglobalização”.

O anarquismo não pode continuar aprisionado nos limites de um pensamento marginal e reivindicado unicamente por uns poucos grupelhos, em suas ações isoladas. Sua influência natural sobre a mentalidade dos grupos humanos em luta é mais do que evidente. Para que esta influência seja assimilada de modo consciente, ele deve, doravante, se munir de novos meios e iniciar desde já o caminho das práticas sociais.
Nestor Makhno

Quando o companheiro Júnior me convidou para escrever um prefácio para seu livro, muitas coisas me passaram pela cabeça. Eu vinha convivendo com ele desde o 1º Encontro Pró-Federação Anarquista de São Paulo (Pró-FASP), que realizamos em meados de 2008, com o objetivo de fundar uma organização anarquista especificista. No encontro, enquanto falava junto a outros companheiros da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), notei alguns participantes cuja expressão facial demonstrava um interesse bastante acima da média. Um deles era um rapaz com um chapéu diferente que, em um dos almoços, eu conheceria e já notaria significativa afinidade entre nós. Júnior, nestas conversas que tivemos durante o encontro Pró-FASP, contou-me um pouco sobre seu passado no Paraná e relatou empolgado suas visitas à Federação Anarquista Gaúcha (FAG) e à Federação Anarquista Uruguaia (FAU). Contou-me também que ele e sua companheira tinham acabado de chegar em São Paulo e ao me falar do apartamento que tinham alugado, descobrimos que éramos praticamente

vizinhos. Por esta proximidade, e pelos contatos que foram surgindo no âmbito da construção da FASP, acabei conhecendo um pouco do passado de Júnior e da história de elaboração deste seu projeto transformado em livro.[1]

Assim, Júnior já conhecia um pouco de mim e eu um pouco dele. Ou seja, eu sabia que apesar de estarmos juntos no processo de construção de uma organização anarquista especificista, com tudo o que isso implica, ele tinha um passado de afinidade com o individualismo, de admiração deste anarquismo “pós-moderno” e em certo sentido juvenil, presente nos livros de Hakim Bey e companhia. Ao mesmo tempo, ele sabia que eu era um ferrenho anti-individualista, defensor das concepções de Bakunin e Malatesta, apreciador da *Plataforma* do Dielo Trouda[2] que, já há alguns tantos anos, havia renunciado contatos mais aprofundados com os anarquistas individualistas, tendo inclusive traduzido o petardo de Murray Bookchin contra eles[3].

Por que então ele me pediria para prefaciar seu livro? Para mim não havia dúvidas: ele sabia de minhas posições, portanto, só poderia esperar um prefácio crítico. Talvez, Júnior quisesse que eu desse corpo à autocrítica que ele mesmo gostaria de fazer. Não sei. Pensei por algum tempo se isso compensaria, ou se só causaria desgastes, se seria um esforço político interessante ou se eu só ficaria sendo visto por outras pessoas como mais um “anarco-bolchevique” – expressão que os individualistas usam contra qualquer um que não concorde com as suas idéias e que defenda um anarquismo social[4] –, odiado pela juventude desvinculada de um projeto coletivo de transformação social, que provavelmente compraria este livro.

Enquanto lia o livro, lembrei-me de uma coisa que falávamos muito com os companheiros que dividiram conosco a organização daquilo que poderíamos chamar de “movimento de resistência global” e que outros, principalmente a imprensa, chamaram de “movimento antiglobalização”. Falávamos da importância de registrarmos as nossas experiências, inclusive com a devida autocrítica, para que novas gerações militantes pudessem não cometer os mesmos erros que cometemos e que isso gerasse certo acúmulo. E eu sempre fiquei com isso na cabeça: possuo uma série de autocríticas a fazer sobre minha época de militância no movimento de resistência global e uma hora ou outra precisaria pôr isso no papel. Ao mesmo tempo, nesta construção do anarquismo organizado que venho tentando realizar, sempre tive uma outra coisa na cabeça: agora que podemos ser “a geração anterior”, coisa que praticamente nossa geração não teve, podemos contribuir com nossos erros e acertos para estas novas gerações que vêm chegando. Enfim topei, pois achei que poderia trabalhar em um texto que seria meu primeiro esboço desta autocrítica, principalmente, pois vi que muitas das experiências relatadas por Júnior são descendentes deste movimento, ao qual dediquei significativo trabalho. Isso certamente seria importante para acumular um pouco para as novas gerações. No entanto, pedi que, ao invés de prefácio, o texto entrasse como posfácio, para discutir posteriormente as questões já apresentadas e lidas pelo leitor. Ele concordou.

Portanto, neste artigo, gostaria de colocar algumas questões para reflexão. Meu intuito é fazer com que o leitor reflita e possa avaliar por conta própria o que leu neste livro, tendo em conta que as posições que aqui coloco não são simples elucubrações filosóficas, mas fruto da experiência prática que se deu entre acertos e erros e que se acumulam com praticamente uma década de militância.

Balaclavas e os Profetas do Caos propõe-se a registrar diversos momentos daquilo que Júnior chamou de “movimento anarquista” de parte do Brasil. Antes de tudo, gostaria de ressaltar que, como um trabalho jornalístico, o livro ficou bastante interessante e possui suas qualidades: é inegável que o autor é uma pessoa muito culta, que possui muita facilidade para escrever – o que por sinal faz muito bem –, é realmente inteligente e possui um humor divertidíssimo. Assim, analisando o livro em seus aspectos estritamente literários, podemos considerá-lo uma boa obra, forte representante do tal estilo “gonzo”. O problema, para mim, como mencionei para o autor, é quando se pretende unir ou relacionar a maioria das atividades que se relata neste texto com política, e o mais complicado ainda, com anarquismo. Portanto, toda a crítica que faço aqui não tem por objetivo desmerecer o livro ou mesmo as pessoas envolvidas nas histórias apresentadas, mas colocar em xeque as estratégias (ou as não-estratégias) utilizadas e as concepções teóricas que lhes dão suporte. Como o próprio Júnior verifica no livro, este amplo universo libertário está cheio de pessoas solidárias e bem-intencionadas, gente muito boa. Sabendo disso, não tenho interesse que as críticas aqui colocadas sejam entendidas de maneira pessoal. Quero, sim, discutir politicamente, avaliando as possibilidades e as limitações daquilo que as alternativas apresentadas no livro colocam, sempre com muito respeito.

Felizmente para o autor, mas infelizmente para os anarquistas de nossa tendência, o livro possui mais uma qualidade. Ele mostra ao leitor o verdadeiro “balaio de gato” que hoje é o anarquismo, ou aquilo que se chama de anarquismo. Considera-se anarquismo desde uma militância séria, voltada para as lutas populares e a transformação social, até um estilo de vida extravagante, rebelde e boêmio sem qualquer intenção de transformação. No entanto, todos compartilham o mesmo rótulo: reconhecem-se anarquistas.

Desta maneira, parece-me imprescindível, dentro deste mar de definições e indefinições, tentar responder algumas simples perguntas. O que é o anarquismo? Para que ele serve? O anarquismo pretende transformar a sociedade? Se sim, qual é o melhor conjunto de estratégia e táticas para que isso aconteça? Todas estas questões buscarão nos fazer refletir estrategicamente sobre aquilo que acontece e se o que fazemos aqui, hoje e agora, contribui em alguma medida para onde queremos estar amanhã. Este é o raciocínio que norteará o restante do texto.

O anarquismo possui uma história própria, que nos permite uma análise de seu nascimento e de suas propostas durante a história. Ele nasceu no contexto das grandes lutas de classe do século XIX, sendo Proudhon aquele que formulou suas primeiras idéias e Bakunin aquele que o colocou em prática, de maneira organizada e coletiva, na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. Foi neste contexto de desenvolvimento do capitalismo, do Estado, e de suas contradições, que nasceu o anarquismo, propondo uma determinada análise da sociedade de exploração e dominação, uma crítica à organização baseada no capitalismo e no Estado, uma sociedade futura forjada no socialismo e no federalismo e um método de ação constituído pela luta popular revolucionária em busca da revolução social. Foi este o anarquismo posteriormente desenvolvido por Kropotkin, Malatesta entre outros.

Portanto, o anarquismo clássico sempre teve um caráter ideológico, de um conjunto de idéias, motivações e aspirações, necessariamente vinculado a uma

prática política visando uma profunda transformação social. No anarquismo clássico, e nas correntes que dele descenderam durante grande parte do século XX, sempre houve um compromisso com esta transformação social revolucionária, de bases classistas, que possuía o objetivo de superar as relações de exploração e domínio da sociedade capitalista e estatista e trazer à ordem do dia um socialismo baseado na liberdade e na igualdade. Este socialismo teria por objetivo transformar aspectos políticos e sociais da sociedade, e, fundamentalmente, seus aspectos econômicos, com os meios de produção sendo colocados nas mãos dos próprios trabalhadores, sob regimes de autogestão e federalismo.

Sendo defensor do anarquismo entendido a esta maneira, não posso conceber como um conjunto de ações individuais como stencil, yomango, fumar maconha, terrorismo poético e freeganismo (entre outras) podem significar, mesmo em longo prazo, algum tipo de transformação social. Da forma como são teorizadas, ou mesmo como são descritas no livro, estas ações nos dão a maior certeza que, ainda que aplicadas massivamente, não transformariam absolutamente nada em termos políticos. E por políticos, não quero dizer a política do “jogo democrático” realizado pelos parlamentares, mas a questão do poder e da conjunção de forças na sociedade.

Em uma entrevista a um documentário sobre a Verdurada, festival organizado por um grupo de *straight-edges*, José Arbex tocou bem neste ponto. Entrevistado pelos jovens produtores do documentário, ele disse que as letras de protesto não bastavam, que era necessário se pensar na questão do poder. No fundo, o que ele colocava era, justamente, que se aquela rebeldia estética (refletidas nas letras de protesto e nas atitudes comportamentais) não fosse transformada em um trabalho político organizado, oferecendo confronto direto à ordem estabelecida e propondo alternativas, ela nada significaria, tendendo a ser absorvida pelo próprio sistema.

E esta é a dificuldade que tenho, quando tento pensar como é possível relacionar esta rebeldia estética, que tanto aparece nestas manifestações culturais alternativas freqüentes no livro, que preconiza certo estilo de vida, com aquilo que Bakunin deu corpo no século XIX. Realmente é difícil entender.

A impressão que tenho é que, ao longo da história, diversas referências que poderíamos chamar libertárias, mas não anarquistas, foram sendo incorporadas dentro de uma falsa “história do anarquismo” que, ao inventar-se e reinventar-se, criou esta certa distorção que entendo ser o individualismo anarquista. Talvez o exemplo mais evidente desta teoria sejam as referências usadas por anarco-individualistas contemporâneos: Godwin, Stirner, Deleuze, Nietzsche, Foucault, Guatarri, entre outros, apesar de terem sua relevância na discussão de temas específicos (nenhum deles foi anarquista e nem propôs uma releitura do anarquismo), não podem ser utilizados como referências principais de alguém que se considera anarquista. Afinal, que anarquismo é esse que relega os clássicos e constitui-se sobre referências pré e pós-anarquistas, mas não-anarquistas? Isso também é difícil de entender.

O fato é que ao longo da história o individualismo anarquista cresceu, foi aceito em diversos lugares, como na França, e incorporou-se definitivamente, não sem diversas controvérsias. Dentre as polêmicas contra os individualistas, podemos citar Malatesta quando se manifestou contra os antiorganizadores, Fabbri ao pronunciar-se contra as atitudes que julgava burguesas no anarquismo, Berneri contra a influência individualista

no anarquismo, o Dielo Trouda com sua crítica que gerou a *Plataforma*, entre muitas outras. Entretanto, historicamente, apesar de ter tido alguma visibilidade nos fins do século XIX, majoritariamente na França, o fato é que o anarco-individualismo foi sempre uma tendência marginal no anarquismo, que pouco ou nada influenciou as mobilizações populares nos séculos XIX e XX, conforme relatou Bookchin:

“Com a emergência do anarco-sindicalismo e do anarco-comunismo nos fins do século XIX e início do século XX, a necessidade de se resolver a tensão entre as tendências individualista e coletivista tornou-se essencialmente obsoleta. O anarco-individualismo foi, em grande medida, marginalizado pelos movimentos operários socialistas de massa, dos quais muitos anarquistas consideravam-se a esquerda. Em uma época de violentos levantes sociais, marcada pelo surgimento de um movimento de massas da classe trabalhadora que teve seu auge nos anos 1930 e na Revolução Espanhola, os anarco-sindicalistas e anarco-comunistas, não menos que os marxistas, consideravam o anarco-individualismo um exotismo pequeno-burguês. Eles não raro o atacavam, de maneira bastante direta, acusando-o de ser um capricho de classe-média, muito mais radicado no liberalismo do que no anarquismo.(...)[5]”

Ao invés de servir para aproximar o anarquismo das mobilizações populares, o individualismo terminou afastando e confundindo. Por suas posições praticamente antitéticas ao anarquismo classista e revolucionário, o individualismo terminou negando conceitos centrais de nossa ideologia que muitas vezes impediram e dificultaram as respostas e alternativas concretas anarquistas. Ao posicionarem-se contra o trabalho junto com os individualistas nas organizações anarquistas adeptas da *Síntese*[6], os autores da *Plataforma*, que estavam em torno da publicação *Dielo Trouda* colocaram:

“O que então nos resta do individualismo anarquista? A negação da luta de classes, a negação do princípio de uma organização anarquista, cuja finalidade seja a sociedade livre de trabalhadores iguais: e mais ainda, a charlatanice vazia, estimulando os trabalhadores infelizes com sua existência, a tomar parte recorrendo a soluções pessoais, supostamente abertas a eles enquanto indivíduos libertados.”[7]

Assim, o Dielo Trouda refutava aspectos da influência individualista no anarquismo: negação da luta de classes, da organização, e do projeto socialista do anarquismo; além da ênfase na liberdade individual que tentava fazer crer que se poderia buscar a liberdade individualmente, fora de uma organização popular ampla e coletiva dos trabalhadores que atuasse efetivamente no calor da luta de classes. Estas, dentre outras influências negativas que foram sendo aportadas ao anarquismo pelos individualistas, e que tiveram significativo destaque nos fins do século XX, fizeram Bookchin advertir sobre as possíveis conseqüências deste aumento da influência individualista no anarquismo. Enfatizou ele, na década de 1990:

“A menos que eu esteja gravemente errado – e espero estar – os objetivos sociais e revolucionários do anarquismo estão sofrendo um desgaste de longo alcance ao ponto em que a palavra anarquia se tornará parte do elegante vocabulário burguês do século XXI – desobediente, rebelde, despreocupado, mas deliciosamente inofensivo.”[8]

Bookchin demonstrava sua preocupação, dizendo que se a influência individualista continuasse nesta crescente, o propósito socialista – significando necessariamente transformação social – que sempre esteve ligado ao anarquismo, independente da proposta organizativa, estaria anulado. Ainda que anarquismo significasse desobediência e rebeldia, não mais seria capaz de lutar contra as injustiças da sociedade presente e muito menos lançar as bases para a construção de uma nova. É esta preocupação que compartilho ao ver uma série de experiências que, pelo menos da forma que eu as enxergo, não oferecem a mínima condição para qualquer transformação que exacerbe o âmbito individual, e que, portanto, não lidam com as questões do poder e das forças sociais em jogo.

Conceber um projeto que se queira capaz de lidar com o poder e com as forças sociais em jogo, tornando-se uma alternativa política de transformação social revolucionária para a sociedade em que vivemos implica, necessariamente, em uma série de reflexões sobre as quais tratarei brevemente a seguir.

A concepção de transformação social, assim como sempre sustentou a tradição anarquista revolucionária, precisa estar ancorada em um movimento popular amplo que consiga ir acumulando força social de maneira a gerar condições, em um primeiro momento, para a conquista de ganhos de curto prazo, e depois, com um processo de articulação e radicalização destes movimentos, para iniciar um processo revolucionário. Portanto, para mim, não há possibilidade de processo revolucionário, ou mesmo um processo amplo, de luta popular, que tenha por objetivo trazer ganho ao conjunto das classes exploradas, sem que este se constitua em um movimento de maiorias, de grandes contingentes que agregam setores amplos do povo. Em um raciocínio estratégico podemos pensar que, se a transformação é assim concebida, a alternativa hoje é pensar em criar e participar de movimentos populares deste tipo (sociais, sindicais, etc.), buscando influenciá-los com a prática anarquista, não fazendo com que se tornem ideologicamente anarquistas, mas que possuam determinadas características práticas de funcionamento que os farão convergir para nossa proposta de transformação social. Basicamente, estes movimentos, agregando o maior número possível de membros das classes exploradas, posicionando-se de maneira autônoma e combativa, e funcionando com ação direta e democracia direta, poderão constituir o embrião de um processo revolucionário de longo prazo. Unindo-se em uma organização popular ampla, podem constituir a força social necessária para a transformação social.

Para mim não é clara a postura de muitas iniciativas libertárias. Algumas delas, resumindo-se a pequenos grupos, tendem a não se misturar com os outros. Extremamente sectários (incapazes de tolerar posições teóricas ou práticas diferentes das suas), estes grupos e iniciativas tendem a “pregar para quem já está convertido”. Ou seja, ao não se misturar e não trabalhar com pessoas de outras ideologias, acabam não tendo qualquer influência e, conseqüentemente, não oferecendo possibilidade alguma de transformação social. Julgando os ambientes populares “autoritários”, muitos acreditam que a solução é afastar-se, uma solução claramente elitista. Pergunto-me: se anarquistas só querem trabalhar com anarquistas, qual é a chance de atraírem mais pessoas para sua causa?

Há também iniciativas e grupos cujos trabalhos principais não possuem como objetivo a criação e a participação nestes movimentos e que, por isso, penso serem ineficientes nesta queda de braços com o capitalismo e o Estado. Ainda que haja algumas iniciativas interessantes, grupos que trabalham a propaganda e a educação separados das iniciativas populares de luta, terminam por restringir a força de sua ideologia e conseqüentemente não acumulam força social significativa. Apesar disso, a propaganda e a educação descoladas dos movimentos populares, são ainda muito mais válidas que outras iniciativas puramente individuais que nem têm por objetivo divulgar a causa, mas simplesmente “vivê-la”. Iniciativas como o yomango, ou o freeganismo são exemplos disso.

Um projeto que dê conta de lutar pela superação da ordem vigente e pela construção de uma nova sociedade, portanto, é um projeto coletivo que não se realiza com as satisfações de uma ou outra pessoa isoladamente.

Aliás, outra distorção do individualismo é aquela que sustenta ser possível desenvolver uma liberdade puramente individual, motivo que dá bases para os individualistas serem chamados de liberais. Eu, assim como Bakunin, acredito que a liberdade individual só pode desenvolver-se na liberdade coletiva e, desta forma, **qualquer projeto que tenha por objetivo a liberdade (ou que se queira libertário) deve preocupar-se com a libertação de todos os explorados que sofrem hoje a dominação nas estruturas do capital e do Estado.**

O individualismo quer fazer crer que a liberdade individual é possível dentro da sociedade em que vivemos. A partir de iniciativas “libertárias” individuais, ou mesmo tentando isolar-se do sistema, uma noção equivocada de liberdade (chamada muito freqüentemente de “autonomia”) ameaça o projeto libertário anarquista. Antes de tudo, o projeto que defendemos é um projeto coletivo e entendemos que só poderemos gozar de liberdade quando juntos estivermos em uma sociedade igualitária em que não haja dominação e exploração. Ou seja, **a liberdade é indissociável do socialismo.** O italiano Luigi Fabbri refletia sobre esta questão há um século atrás:

“A idéia anarquista tem, como base primeira, a liberdade individual, mas aqueles que pretendem que a liberdade individual na anarquia seja infinita e absoluta, seriam utopistas no sentido mais ridículo do termo, pois o infinito e o absoluto são conceitos abstratos, configurações mentais sem possibilidade de realização prática. Pois bem, é sempre em nome da liberdade individual que numerosos anarquistas, segundo lhes seja conveniente, ou proclamam o direito de fazer seja lá o que for, inclusive atingir a liberdade e o direito do outro, ou declaram incoerente toda a tentativa de realização revolucionária e de organização pela propaganda.”[9]

Fabbri toca em um ponto importante ao citar o uso que se faz desta suposta liberdade individual para justificar atitudes das mais diversas, pois muitas delas saem de nosso campo ético, ou mesmo atacam processos de organização e luta. Característica também bastante freqüente entre os individualistas.

Outra reflexão que faço, a partir da nossa participação no movimento de resistência global, é em relação à questão da classe. Apesar de tentarmos, na época, desenvolver movimentos populares amplos, creio que houve dificuldade em relação à mobilização

das classes mais exploradas pelo capitalismo. Muitas das manifestações e enfrentamentos de rua que promovemos contavam com uma base praticamente toda de estudantes, sem perspectiva deste envolvimento dos setores mais explorados economicamente. Tentamos nos furtar da autocrítica, diversas vezes, dizendo que a análise clássica de classe que separava burgueses de proletários pela detenção ou não dos meios de produção não dava mais conta da sociedade de hoje, e ao invés de tentarmos analisar a sociedade contemporânea e mobilizar suas maiores vítimas, preferimos continuar plantando nossas sementes em meios estudantis e militantes que contavam com pouca, para não dizer nenhuma, participação destes setores. Acredito não ser um problema o fato de militantes com origens de classe distintas trabalharem em favor dos explorados, fazendo uma opção na luta de classes; o problema é constituir lutas sem o envolvimento destes setores mais explorados economicamente, das maiores vítimas do capitalismo, e ainda achar que não tem nada errado com isso.

A transformação social concebida pelo anarquismo prevê mudanças nos mais diversos âmbitos da sociedade, tendo o âmbito econômico relevância destacada. Portanto, em um processo de transformação, envolver o povo pobre é imprescindível, a não ser que se queira realizar uma luta por ele, e não com ele, alternativa dos autoritários vanguardistas.

Sobre esta discussão de classe, acredito que não há dúvidas que hoje houve mudanças nas relações e nos próprios atores sociais, mas podemos afirmar que, certamente, a luta de classes nunca deixou de existir. O conflito entre aqueles que têm e aqueles que não têm, ou, entre aqueles que gozam dos frutos do capitalismo e aqueles sofrem suas consequências sempre esteve presente. **Por isso, não se pode ignorar a luta de classes e suas diferentes e evidentes manifestações na vida de hoje.**

Penso, baseado na experiência que tivemos de militância nos últimos anos, que para uma transformação social é necessário que extrapulemos o conceito ortodoxo de classe marxista, que dá preferência ao operariado industrial e urbano como sujeito revolucionário. **Os sujeitos que devemos envolver nos processos de luta são, além destes trabalhadores (operariado industrial e urbano), outros, empregados ou desempregados, da cidade e também os do campo, camponeses, indígenas, pobres e despossuídos de todos os tipos. É onde o capitalismo mais exclui que devemos estar, pois sem a preciosa força social destes sujeitos, qualquer transformação que se queira, ainda que ela seja reivindicada em nome do povo, não passará de uma ilusão.**

Não me surpreende, pois, que, assim como a maior parte das mobilizações “antiglobalização”, as iniciativas relatadas no livro também ressaltem, na sua grande maioria, experiências que estão distantes das classes exploradas. Acredito que se defendemos um anarquismo com algum vigor, este deve ser “devolvido ao seio das classes exploradas”, que foi onde ele nasceu.

O povo não precisa de porta-vozes que lutem ou falem em seu nome, mas de companheiros de luta que queiram, com ele, construir uma alternativa de poder, uma organização popular ampla, aproximando sindicatos de movimentos sociais. Afirmando determinadas características, esta organização constituirá os meios necessários e apontará para os fins desejados.

O anarquismo desenraizado dos setores populares, que não busca envolver as classes exploradas nos processos de luta, acaba gerando outras distorções: a troca do conteúdo pela forma (substituindo a luta concreta pela estética radical) e o tratamento da militância como arte (elitizando a propaganda).

A apologia pela forma em detrimento do conteúdo constitui um fenômeno bastante em voga nesses dias de assalto individualista ao anarquismo. Podemos constatar que, com ela, há uma saída do campo real das lutas sociais, políticas e econômicas, e um ingresso no campo puramente estético, caminhando para uma rebeldia de forma, mas não de conteúdo, cujos exemplos são, infelizmente, abundantes.

Ao invés de lutar e mobilizar contra o machismo, o patriarcado e o preconceito racial, esta rebeldia estética recomenda utilizar linguagem inclusiva[10]. Esta mesma rebeldia apegada à forma permite que livros “libertários” não tenham conteúdo relevante, mas que somente gozem de uma liberdade estética infinita, mostrando o quão “libertárias” são as escolhas dos autores por conteúdos sem sentido e construções sem pé nem cabeça, que não permitem aos leitores sequer entender o que se fala. A rebeldia estética sugere que o militante não tenha mais de difundir a sua causa e lutar por liberdade e igualdade, pelo socialismo e pelo federalismo, mas somente ter um corte de cabelo radical, usar determinados tipos de roupas, ser vegetariano, e aderir a uma série de comportamentos “radicais”. Além disso, a rebeldia estética permite que pessoas do universo “libertário” não construam absolutamente nada e coloquem-se como um incômodo, criticando a tudo e a todos, buscando um holofote de atenção para seus egos em desespero por atenção. Ela também permite que as pessoas não lutem e mobilizem mais pelas necessidades ou pela transformação social, mas que simplesmente frequentem o bar com os amigos, façam filosofia acadêmica sem conteúdo, usem drogas e fiquem bêbadas o tempo todo, como se a irracionalidade e a alteração da consciência constituíssem uma forma efetiva de resistência. Aos poucos, este individualismo que vai enchendo o anarquismo de forma, retira dele todo o seu conteúdo de transformação social.

Perdendo o passo com a questão da classe, as formas individualistas terminam elitizando a propaganda que pretendem realizar, ao tratá-la como arte. Não me julgo alguém muito culto, mas estudei até a faculdade, e mesmo assim, não entendo mais da metade do que esses terrorismos poéticos, ou estas formas de propaganda que apelam para a rebeldia estética, querem dizer. Podemos imaginar como a maioria do povo recebe este tipo de “propaganda”.

É engraçado que o discurso “Hakim Bey”, do anarquismo da rebeldia estética, ao mesmo tempo em que critica os intelectuais, os acadêmicos, relega a compreensão de muitas de suas idéias a filósofos e outros acadêmicos das cadeiras de humanas que possuem capacidade (ou fingem ter) para tanto.

Lembro-me de uma história engraçada do economista americano Michael Albert, quando disse que desafiou um outro professor a explicar-lhe, em uma viagem de quatro horas, o que era o pós-modernismo. O amigo topou o desafio e, segundo Albert, quatro horas depois, ele não havia compreendido absolutamente nada. Algo realmente comum neste meio “artístico-terrorista-poético-proto-situ-anarco-onto-onírico”, conforme os termos do próprio autor.

Ao pensarmos na propaganda, devemos ter em mente um raciocínio estratégico buscando refletir quem queremos atingir e com que objetivo. Portanto, placas com dizeres que ninguém entende colocadas na rua e intervenções artísticas que qualquer cidadão comum não faz a menor idéia do que signifiquem, certamente não constituem a forma mais adequada de propaganda. **Assim como eu a concebo, a propaganda deve ser feita para criar novas lutas e para difundir as nossas idéias nas lutas já existentes. Ainda que a propaganda não se resuma, e nem deva se resumir, aos movimentos populares, não há dúvida que eles são os melhores terrenos para jogarmos nossas sementes.**

Este mesmo raciocínio usado pela propaganda pode, e deve, ser levado para todo o trabalho, de maneira geral, aprofundando o tema já citado da estratégia. Este tema, creio eu, separa também as tendências dentro do anarquismo, diferenciando a proposta que aqui defendo, das alternativas que em grande medida são relatadas no livro e das formas de trabalho que escolhemos utilizar no movimento de resistência global.

Magón dizia que se ao revolucionário falta a idéia diretriz de sua ação, ele não será outra coisa senão um barco sem bússola. Para se pensar o anarquismo ou qualquer forma de manifestação coletiva organizada, é imprescindível que se tenha, ao menos, um raciocínio estratégico que buscará verificar onde se está, onde se pretende chegar, e o que é necessário fazer para se chegar de um ponto a outro. Assim, é possível colocar este raciocínio sobre a reflexão do anarquismo: a situação presente do anarquismo, o que pretendemos com ele e o que fazer para isso. E também sobre o processo de transformação social: o presente estado da sociedade, a sociedade que desejamos e como transformá-la.

Tanto no movimento de resistência global, quanto em diversas manifestações atuais do anarquismo, este raciocínio não é realizado da forma como deveria. A verdade é que é bastante comum sair atirando para todos os lados achando que assim, necessariamente se vai atingir alguma coisa. Cada dia é uma coisa, cada fato novo deve ter participação de todos, todo mundo quer fazer tudo. Muitas vezes, cada um do grupo trabalha em um sentido, cada grupo faz aquilo que acha melhor, o trabalho não possui continuidade e tem-se em mente que as coisas estão caminhando. Outras vezes se permite aquela lógica do “faz tudo, mas não faz nada” quando as pessoas querem se envolver com muitos projetos não conseguindo fazer nada direito. **Esta falta de coordenação e organização faz com que as ações tenham pouca ou nenhuma efetividade. A falta de estratégia foi, e ainda é, um grande problema a ser resolvido no chamado meio libertário.**

Outra característica marcante em experiências do livro, e em diversas experiências do movimento de resistência global, é o problema do compromisso militante. Problema que acomete a muitos, a falta de compromisso prejudica seriamente os trabalhos políticos. O individualismo, com seu incentivo da espontaneidade, do “cada um faz o que quer” e do “nada nem ninguém me faz seguir regras”, termina por atrair jovens para um ativismo que, sem ter compromisso com a questão social, funciona como diversão, nesta fase da vida que todo jovem passa pela sua fase Che Guevara. Incentivam-se, assim, as práticas descompromissadas, a conivência com a falta de responsabilidade, a indisciplina generalizada. Ao invés de serem atraídos por um projeto sério e comprometido de luta pela transformação social, os jovens chegam buscando aventuras, emoções e adrenalina.

Foi contra isso que o militante anarquista carioca Ideal Peres lutou, e de maneira muito acertada. O “velho” sustentava que a ética anarquista deve, acima de tudo, considerar a responsabilidade militante, e por isso não tolerava curiosos que só se aproximavam, como ele mesmo dizia, para o “oba-oba”, para a “terapia de grupo”, que assumiam responsabilidades e não cumpriam.

Outro fato recorrente que demonstra este problema do compromisso militante é o desrespeito às deliberações coletivas, e a própria tolerância em relação a ele. Quantas foram as vezes que vivemos situações parecidas com a que Júnior relata no livro, em que ficávamos preparando uma manifestação por semanas (até meses), com muita discussão coletiva e no dia em que ela acontecia, uma “rebeldia individual” de algum sem-noção que não tinha sequer aparecido em uma das assembleias colocava a polícia para bater em todos nós, sendo que havíamos deliberado realizar uma manifestação não-violenta. As “vontades individuais” eram maiores do que as deliberações coletivas, mostrando que, ao invés de construir algo coletivamente, estas pessoas somente querem expressar suas próprias vontades, ainda que isso seja feito à custa de outros companheiros que supostamente defendem a mesma causa. Foi assim que vi, algumas vezes, a polícia partir para cima de pessoas idosas e crianças que haviam sido chamadas para um ato pacífico, porque alguma “individualidade” resolveu quebrar uma vidraça ou jogar uma pedra na polícia – lá de trás, óbvio. O fato de haver certa permissividade para este tipo de atitude também reflete um grave problema de compromisso.

Falo isso, não com o objetivo de questionar a violência, mas sim de enfatizar que para ela ser ou não usada, isso deve ser uma determinação coletiva que leva em conta um determinado conjunto de estratégia e tática e não um sentimento momentâneo de rebeldia. Estes sentimentos individuais que levam às ações em oposição àquilo que se determinou coletivamente, não só não contribuem com os objetivos esperados, mas, freqüentemente agem contra eles. Só podem ser, portanto, rechaçados e avaliados como uma mera busca de emoção e adrenalina que em nada contribui com as construções coletivas.

Em um texto publicado em 2002, já em meio à curva descendente do movimento de resistência global no Brasil, um texto publicado criticava diversas destas posturas que vinham sendo desenvolvidas no seio do movimento. Além da crítica a esta mera busca por emoção e adrenalina, o texto contrapunha o discurso vigente na época, de que algo completamente novo estava em criação – sustentando um desconhecimento propositado das experiências históricas e descartando tudo o que fosse considerado “clássico”, por ser antiquado. Em uma resposta ao mote que clamava pela urgência das ruas, “Insuficiência das Ruas” colocava:

“Pensar o novo não implica, de forma arrogante e imatura, abolir as experiências anteriores, ou lançar sobre elas o anátema da obsolescência e ineficácia. [...] Não há acréscimo e renovação da ideologia sem os elementos constitutivos de sua identidade passada e suas atitudes presentes. [...] Estimulados pelas imagens e pelos apelos sensacionalistas dos meios de comunicação em geral, muitos jovens engrossam as passeatas motivados mais pela adrenalina, na busca inconsciente de um ‘ritual de passagem’, do que por uma atitude refletida. Dessa forma, como um fenômeno de retro-alimentação, boa parte dos ativistas que ingressam em uma manifestação, na verdade, é recrutada pela mídia burguesa e não pelo espírito libertário que deveria determinar o movimento. Tal situação, caso não

seja encarada com seriedade e muita reflexão, pode transformar um movimento vigoroso em uma peça publicitária, com fôlego e prazo de validade determinados. O abandono de uma atitude conseqüente, em favor de um hedonismo mais pragmático, servirá à proposição de novos comportamentos e estéticas, não a uma sociedade realmente diferente. [...] A substituição da revolta pelo *happening* pode aumentar a complacência das instituições de segurança do Estado para com os manifestantes, mas os afasta irreconciliavelmente do papel revolucionário que afirmam estar desempenhando. [...] É preciso que os levantes e esforços concorram para a definição de uma ação política e não aconteçam apesar dela. [...] Ser anarquista não é apenas uma forma de estar no mundo, é, antes de tudo, manifestar uma ativa impaciência por vê-lo em profunda desigualdade. Sair às ruas, na condição de militantes, implica definir os limites da tática e a abrangência da estratégia. [...] Não há possibilidade de maiores sucessos na transformação social sem indivíduos dispostos a lutar e dedicados à organização.”[11]

O texto colocava ainda um pouco desta crítica da substituição da transformação social pelo estilo de vida e advertia: movimentos sem estratégia e organização de luta, que substituem a proposta social pela proposta identitária possuem prazo de validade limitado. Reforçava assim um anarquismo social que tem por objetivo lutar por liberdade e igualdade, dentro dos marcos da estratégia e da organização.

Minha lição sobre estes acontecimentos é que aqueles que buscam no ativismo somente uma fonte de emoção e adrenalina, se não ingressam rapidamente em um trabalho sério e de longo prazo, revendo suas posições, tendem a perder-se em suas aventuras, abandonar a política e em algum tempo, tornar-se “cidadãos comuns”, muitas vezes conservadores, que futuramente vão lembrar-se com nostalgia de seus “tempos de rebeldia”.

Se quiser fazer algo de relevância, o militante tem de comprometer-se, possuir regularidade para o trabalho, responsabilidade, comprometimento e autodisciplina. O anarquismo não precisa de quem busca aventura, emoção e adrenalina. Estes podem divertir-se em shows de hardcore ou torcidas de futebol. O que é necessário para um anarquismo que se pretenda um projeto de transformação social são pessoas comprometidas que se envolvam e que, de fato, estejam com vontade de lutar.

Ainda sobre a questão do compromisso militante, outra característica que falta a uns tantos naquilo que Júnior chama de “movimento anarquista” é responsabilidade e ética. Dentre os inúmeros exemplos daquilo que, ao meu ver, lesam estes princípios basilares do anarquismo estão as acusações que se fazem, neste livro, à FAG. Qualquer um que atue com os princípios da ética e da responsabilidade, e que conheça minimamente seus trabalhos, se impressionará com as acusações quase doentias que aqui são feitas. Creio que uma coisa é discordar do método, o que se pode discutir de maneira ética e responsável; outra é fazer acusações sem o mínimo senso da realidade. Atitudes como esta, demonstram uma outra infame prática dentro deste amplo “balaio de gato”: aqueles que querem ver no fracasso alheio sua própria ascensão. Sem possuir qualquer trabalho de relevância, pessoas e grupos passam a ver na crítica alheia sua única atividade, e tentam, rebaixando os outros, hastear-se a um ponto mais alto e respeitável. Diante de tamanhos absurdos, não vejo como não me posicionar em defesa da FAG. O que ainda

posso dizer em sua defesa (se isso é necessário) é que, de todas as experiências que estão relatadas no livro, a que mais me atrai e que não merece as críticas aqui realizadas é a experiência da FAG. Suas posições se aproximam muito de tudo o que estou defendendo neste texto como uma proposta coerente de anarquismo que tem por objetivo a transformação social.

* * *

Finalmente, gostaria de colocar novamente que sei que dentro deste amplo meio libertário há muita gente solidária e bem-intencionada. Assim, reforço que todas as críticas que coloco aqui são políticas e não críticas pessoais.

Parece-me, assim como colocou Bookchin, que é para lá de evidente a dicotomia entre o anarquismo social e o anarquismo de estilo de vida; um que pretende a transformação social, outro, a transformação pura e simplesmente do indivíduo. Nitidamente, por todos os fatos colocados, parece-me, também, não ser possível afirmar que exista “movimento anarquista” no Brasil, o que implicaria algum tipo de coordenação ou similaridade entre os diversos universos anarquistas. Tentar suprimir as diferenças parece-me impossível, e falar em anarquismo, sem explicar ou colocar um adjetivo, também.

Ressalto que, da forma que eu entendo, o anarquismo deve ser entendido como uma ideologia de transformação social, que tem por objetivo ser o fermento das organizações populares (movimentos sociais, sindicatos, etc.) para que estas realizem seu duplo objetivo: as conquistas de curto prazo e, no longo prazo, a revolução social e o socialismo libertário. Para mim, é impossível separar o anarquismo destes amplos movimentos, de seu corte classista, das suas construções coletivas realizadas com estratégia, da sua propaganda e do seu compromisso militante.

Abril 2009

Notas:

1. Para saber mais sobre as organizações aqui citadas, ver: Pró-FASP (www.anarquismosp.org), FARJ (www.farj.org), FAG (www.vermelhoenegro.org/fag) e FAU (www.nodo50.org/fau).
2. Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários, publicada em http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform/org_plat.htm e também em Nestor Makhno. *Anarquia e Organização*. São Paulo: Luta Libertária, s/d.
3. *Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo de Vida: um abismo intransponível* (no prelo).
4. Esta expressão foi usada pelos individualistas ao se referirem a diversos anarquistas: Makhno, Arshinov, Durrutti, por exemplo. Abandonando o anarquismo revolucionário, que deveria ser construído no calor das lutas populares, os setores individualistas

acusavam (e ainda acusam) de possuírem desvios marxistas todos aqueles com posições claras para influenciar o destino das mobilizações sociais e da luta de classes, ainda que estas posições tenham sido defendidas pelos criadores do anarquismo. Ao criar a sua identidade em oposição ao marxismo, com um espírito puramente crítico e não construtivo, o individualismo terminou recusando uma série de elementos que eram comuns às diversas correntes socialistas, dentre elas o anarquismo clássico de Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Malatesta.

5. Murray Bookchin. *Op. Cit.*

6. A organização de síntese, ou o sintetismo, forjou-se no contexto da discussão da *Plataforma* do Dielo Trouda e teve em dois textos centrais sua formulação. Sébastien Faure. “A Síntese Anarquista” (<http://www.anarkismo.net/article/12392>) e Volin. A “Síntese Anarquista” em *Apelo à Unidade do Movimento Libertário*. São Paulo: Imaginário, 2003. Ao passo que a *Plataforma* defendia um anarquismo organizado que pudesse influenciar as mobilizações populares, a *Síntese* defendia uma concepção ampla de organização, em que pudessem trabalhar juntos anarquistas de todos os tipos, incluindo os individualistas.

7. Dielo Trouda. “O Problema da Organização e a Noção de Síntese”.

8. Murray Bookchin. *Op. Cit.*

9. Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*. São Paulo: Luta Libertária, 2000 pp. 96-97.

10. Assim, na escrita (às vezes na fala), se realiza toda a “justiça” possível. Ao invés de “os companheiros foram para a manifestação”, se escreve “os companheiros e as companheiras foram para a manifestação”. Outros escolhem “@s companheir@s foram para a manifestação”. Formas mais bizarras sugerem o “i” para substituir a dicotomia entre “a” e “o”: “is companheiris foram para a manifestação”. Outros exemplos são notáveis: ao invés de chamar companheiros de negros, chama-se de “afro-americanos” e assim por diante. Diferentemente de ser contra este linguajar inclusivo, estou apontando que é um fato que grande parte dos setores que priorizam a estética em relação à política, a forma em relação ao conteúdo, ao realizar esta escrita “politicamente correta” acredita que o problema já está resolvido (ainda que isso não seja dito, a falta de prática concreta de luta evidencia o fato). Acredita-se que a mudança de forma traz consigo a mudança de conteúdo, o que para mim não é minimamente verdade.

11. IEL. “A Insuficiência das Ruas”. In: *Ação Libertária* pp. 4-6.